

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	38.827.789	36.472.241	44.105.406	42.146.277
Contas a receber (nota 6)	4.526.692	2.566.779	10.556.190	5.517.015
Despesas antecipadas (nota 8)	93.577	94.702	106.157	287.943
Impostos e contribuições a recuperar (nota 7)	891.063	575.290	2.376.163	1.927.413
Partes relacionadas (nota 10)	-	410.080	-	410.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	-	-	306.134	-
Adiantamento e outros créditos a receber (nota 9)	43.229	26.700	70.208	74.042
Total do ativo circulante	44.382.350	40.145.792	57.520.258	50.362.770
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (nota 10)	1.840.161	1.854.277	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	1.925.806	1.344.187	5.621.173	3.714.903
Investimentos (nota 11)	20.758.267	17.659.345	-	-
Imobilizado (nota 12)	512.593	479.290	880.821	1.050.811
Intangível (nota 13)	8.779.251	9.714.477	22.057.363	24.361.295
Total do ativo não circulante	33.816.078	31.051.576	28.559.357	29.127.009
Total do ATIVO	78.198.428	71.197.368	86.079.615	79.489.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	1.135.344	1.496.453	1.135.344	1.496.453
Fornecedores e prestadores de serviços	418.595	423.471	713.957	621.904
Adiantamento de cliente (nota 15)	2.351.586	1.779.541	2.860.939	1.856.799
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 16)	4.565.429	2.583.640	6.873.469	4.764.887
Dividendos a pagar	3.078.829	-	3.078.829	-
Obrigações tributárias (nota 17)	179.578	105.334	773.447	552.569
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	250.190	29.416	849.358	309.229
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	335.974	605.747	1.585.177	1.808.476
Total do passivo circulante	12.315.525	7.023.602	17.870.520	11.410.317
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	2.855.733	3.991.066	2.855.733	3.991.066
Provisões para contingências (nota 19)	1.278.117	1.245.956	1.889.200	1.862.789
Partes Relacionadas (nota 10)	324.552	-	-	-
Obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	1.524.256	1.860.227	3.563.917	5.149.090
Total do passivo não circulante	5.982.658	7.097.249	8.308.850	11.002.945
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	50.560.594	50.560.594	50.560.594	50.560.594
Ações em tesouraria	(3.396.651)	-	(3.396.651)	-
Reserva de capital	763.394	763.394	763.394	763.394
Reservas de lucro	11.972.908	5.752.529	11.972.908	5.752.529
Total do patrimônio líquido	59.900.245	57.076.517	59.900.245	57.076.517
Total do PASSIVO	78.198.428	71.197.368	86.079.615	79.489.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Serviços prestados	31.967.331	30.208.424	78.735.289	56.705.205
Impostos sobre vendas e outras deduções	(3.040.567)	(2.822.778)	(7.724.402)	(5.509.340)
Receita operacional líquida (nota 22)	28.926.764	27.385.646	71.010.887	51.195.865
Custo dos serviços prestados (nota 23)	(13.725.848)	(14.114.035)	(39.774.259)	(28.960.989)
Custo com pesquisa e desenvolvimento	(3.259.015)	(2.943.220)	(3.749.908)	(3.033.418)
LUCRO BRUTO	11.941.901	10.328.391	27.486.720	19.201.458
Receitas (despesas) operacionais				
Publicidade e propaganda	(215.443)	(139.134)	(243.674)	(184.969)
Despesas gerais e administrativas (nota 24)	(7.903.941)	(7.094.163)	(16.307.644)	(12.840.616)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	6.098.922	3.401.395	-	-
Depreciação e amortização (notas 12, 13)	(1.135.207)	(660.010)	(2.734.445)	(813.799)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(254)	-	(745)	204
Total das despesas operacionais	(3.155.923)	(4.491.912)	(19.286.508)	(13.839.180)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	8.785.978	5.836.479	8.200.212	5.362.278
Resultado financeiro líquido (nota 25)	2.713.254	1.994.657	3.018.832	2.704.648
RESULTADO OPERACIONAL	11.499.232	7.831.136	11.219.044	8.066.926
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 26)	(777.080)	(211.331)	(1.808.322)	(559.753)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 26)	360.845	(1.235.710)	1.672.275	(1.176.185)
Resultado depois do imposto de renda e contribuição social	11.082.997	6.384.095	11.082.997	6.330.988
Participação minoritária nos resultados	-	-	-	53.107
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	11.082.997	6.384.095	11.082.997	6.384.095
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (nota 27)	0,963	0,574	0,963	0,574
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (nota 27)	0,963	0,574	0,963	0,574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (em reais)

	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.082.997	6.384.095
Resultado abrangente do exercício	11.082.997	6.384.095
	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.082.997	6.384.095
Resultado abrangente do exercício	11.082.997	6.384.095
Atribuído a sócios controladores	11.082.997	6.437.202
Atribuído a sócios não controladores	-	(53.107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais)
(Reapresentada)

	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Despesas com emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro	
						Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	50.560.594	763.394	-	(1.952.533)	2.853.303	4.851.759	57.076.517
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	4.253.084	4.253.084
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	-	-	(17.205)	17.205	-
Saldo em 31 de março de 2014	50.560.594	763.394	-	(1.952.533)	2.836.098	9.122.048	61.329.601
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	-	-	-	3.560.106	3.560.106
Ações em tesouraria (ii)	-	-	(3.024.946)	-	(10.190)	10.190	-
Juros sobre capital próprio (i)	-	-	-	-	-	-	(3.024.946)
						(1.783.789)	(1.783.789)
Saldo em 30 de junho de 2014	50.560.594	763.394	(3.024.946)	(1.952.533)	2.825.908	10.908.555	60.080.972
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	-	-	-	1.660.877	1.660.877
Ações em tesouraria (ii)	-	-	(371.705)	-	(8.822)	8.822	-
						-	(371.705)
Saldo em 30 de setembro de 2014	50.560.594	763.394	(3.396.651)	(1.952.533)	2.817.086	12.578.254	61.370.144
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.608.930	1.608.930
Ajuste a valor presente (iii)	-	-	-	-	(8.457)	8.457	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.977.453)	(2.977.453)
Dividendos	-	-	-	-	-	(101.376)	(101.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	50.560.594	763.394	(3.396.651)	(1.952.533)	2.808.629	11.116.812	59.900.245

- (i) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2014 foi deliberado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório, sob a forma de juros sobre capital próprio, relativo ao resultado do exercício de 2013.
- (ii) Em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração aprovou a abertura do primeiro programa de recompra de ações ordinárias, que compreendia a aquisição de até 320.000 ações ordinárias. Adicionalmente, em 13 de junho de 2014, foi aprovada a abertura do segundo programa de recompra de ações ordinárias, que compreende a aquisição de até 800.000 ações ordinárias. O programa prevê maximizar a geração de valor para os acionistas por meio da aplicação de parte dos recursos financeiros disponíveis para a aquisição de ações ordinárias e consequente manutenção em tesouraria.
- (iii) Refere-se à realização parcial do saldo de ajuste a valor presente reconhecido na adoção inicial do CPC 12. De acordo com este pronunciamento contábil, os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.082.997	6.384.095	11.082.997	6.384.095
Itens que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial (nota 11)	(6.098.922)	(3.401.395)	-	-
Depreciação e amortização (notas 12, 13)	1.135.207	660.010	2.734.445	813.799
Despesas com emissão de ações, de exercício anterior	-	402.045	-	402.045
Ajustes de exercícios anteriores	-	(93.865)	-	(93.865)
Variação nas contas de ativos e passivos				
Contas a receber (nota 6)	(1.959.913)	(91.695)	(5.039.175)	(2.228.897)
Despesas antecipadas (nota 8)	1.125	(24.547)	181.786	8.808
Impostos a recuperar (nota 7)	(315.773)	(200.051)	(448.750)	(526.649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	(360.845)	230.914	(1.672.275)	171.388
Outros créditos a receber (nota 9)	(16.529)	29.917	3.834	(1.868)
Fornecedores e prestadores de serviços	(4.876)	114.295	92.053	230.553
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 16)	1.981.789	(225.687)	2.108.582	1.036.470
Obrigações tributárias (nota 17)	74.244	(858.615)	220.878	(620.809)
Provisões para contingências (nota 19)	32.161	(200.639)	26.411	416.194
Adiantamento de clientes (nota 15)	572.045	1.768.885	1.004.140	1.846.124
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.122.710	4.493.667	10.294.926	7.837.388
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível (notas 12, 13)	(233.284)	(89.492)	(260.523)	(199.260)
Imobilizado e intangível proveniente de investimento	-	-	-	(704.351)
Aquisição de investimentos e aporte de capital (nota 11)	-	(11.972.936)	-	-
Prêmio por aquisição de ações em tesouraria de investida	-	(5.316)	-	(5.316)
Valor da marca na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	-	(4.284.250)
Valor da carteira de clientes na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	-	(6.592.448)
Valor do acordo de não competição na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	-	(239.199)
Valor do software na aquisição de investimento (nota 13)	-	-	-	(3.072.000)
Ágio na aquisição de investimentos (nota 13)	-	-	-	(217.764)
Variação da participação dos minoritários	-	-	-	(378.100)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(233.284)	(12.067.744)	(260.523)	(15.692.688)

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
 31 de dezembro de 2014

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital (nota 20)	-	40.065.243	-	40.065.243
Recompra de <i>stock options</i> (nota 21)	-	(758.779)	-	(758.779)
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(3.396.651)	-	(3.396.651)	-
Despesas líquidas com emissão de ações	-	(1.952.533)	-	(1.952.533)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	(1.783.789)	-	(1.783.789)	-
Distribuição de dividendos por controladas	-	-	-	(1.074.385)
Recebimento de dividendos de controladas	3.000.000	-	-	-
Partes relacionadas (nota 10)	748.748	(2.043.821)	410.080	(410.080)
Amortização de obrigações por aquisição de investimento (nota 18)	(605.744)	(376.268)	(1.808.472)	4.115.322
Amortização de empréstimos e financiamentos (nota 14)	(1.496.442)	(4.135.911)	(1.496.442)	(4.135.911)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.533.878)	30.797.931	(8.075.274)	35.848.877
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE DISPONIBILIDADES	2.355.548	23.223.854	1.959.129	27.993.577
Disponibilidades no início do exercício	36.472.241	13.248.387	42.146.277	14.152.700
Disponibilidades no final do exercício	38.827.789	36.472.241	44.105.406	42.146.277
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE DISPONIBILIDADES	2.355.548	23.223.854	1.959.129	27.993.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
1 – RECEITAS	31.938.406	30.190.713	78.681.617	56.702.537
1.1 - Vendas de produtos e serviços	31.967.331	30.208.424	78.735.289	56.705.205
1.2 - Provisões para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	(28.925)	(17.711)	(53.672)	(2.668)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(1.242.051)	(4.491.096)	(12.541.816)	(9.244.870)
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.447.289)	(3.514.928)	(8.722.486)	(5.246.669)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.	1.205.238	(976.168)	(3.819.330)	(3.998.201)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	30.696.355	25.699.617	66.139.801	47.457.667
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.135.207)	(660.010)	(2.734.445)	(813.799)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	29.561.148	25.039.607	63.405.356	46.643.868
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	9.790.058	6.354.025	4.360.819	3.829.664
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	6.098.922	3.401.395	-	-
6.2 - Receitas financeiras	3.691.136	2.952.630	4.360.819	3.829.664
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	39.351.206	31.393.632	67.766.175	50.473.532
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	39.351.206	31.393.632	67.766.175	50.473.532
8.1 - Pessoal	22.599.458	18.625.419	45.258.740	33.803.894
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	19.951.263	16.260.689	39.580.922	29.416.880
8.1.2 - Benefícios	2.648.195	2.364.730	5.677.818	4.387.014
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	3.456.802	4.269.819	7.860.449	7.245.278
8.2.1 - Federais	2.222.390	3.122.378	4.411.846	4.828.582
8.2.2 - Estaduais	-	-	-	-
8.2.3 - Municipais	1.234.412	1.147.441	3.448.603	2.416.696
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.211.949	2.114.299	3.563.989	3.093.372
8.3.1 - Juros	977.882	957.973	1.341.987	1.125.016
8.3.2 - Aluguéis	1.234.067	1.156.326	2.222.002	1.968.356
8.4 - Remuneração de capitais próprios	11.082.997	6.384.095	11.082.997	6.330.988
8.4.1 – Distribuição de dividendos por controladas	-	-	-	1.074.385
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do período	11.082.997	6.384.095	11.082.997	5.309.710
8.4.3 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	(53.107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a buscar o desenvolvimento de um sistema com o conceito de *One-Stop-Shop* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras, incluindo os 10 maiores bancos privados do país e 2 das 3 maiores entidades fechadas de previdência complementar. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática S.A. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (anteriormente denominada E-commerce Consultoria em Informática S.A.) e Controlpart Consultoria e Participações Ltda., empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia.

Em 26 de abril de 2012 a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo cumprido todos os requisitos estabelecidos na Instrução CVM nº 480 para registro na Categoria A. E no dia 08 de março de 2013 houve a oferta pública inicial, no segmento de Bovespa Mais.

Quaisquer dados não financeiros que porventura estejam incluídos neste relatório, tais como número de clientes e abrangência, *market share*, entre outros, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Companhia possui expectativa de lucros futuros suficientes para a recuperação dos montantes investidos. A Administração também prevê a equalização dos custos internos e o desenvolvimento de produtos, resultando na melhoria do EBITDA – que é o resultado operacional pleno.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis da SENIOR SOLUTION S.A. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.25.

a) Informações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Em conformidade com os incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da Companhia declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

b) Informações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da SENIOR SOLUTION S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Em conformidade com os incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da Companhia declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

c) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Os pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS que entraram em vigor a partir de 2014 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Reapresentação das cifras comparativas

A Companhia não registrou contabilmente nas demonstrações financeiras de 2014 os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto em seu estatuto social e requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os referidos dividendos foram registrados apenas em março de 2015 com base na ata da reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2015.

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2015, a administração procedeu ao ajuste contábil referente aos dividendos de 2014, e está reapresentando as cifras comparativas em 31 de dezembro de 2014 contemplando o referido ajuste. O impacto nas demonstrações está demonstrado abaixo:

	Dividendos a pagar	Lucros acumulados
Saldo divulgados anteriormente	-	14.195.641
Provisão para os dividendos mínimos obrigatório	3.078.829	(3.078.829)
Saldo reapresentados	3.078.829	11.116.812

Como consequência do referido ajuste, os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014 foram excluídos da demonstração das mutações do patrimônio líquido nesse relatório.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A SENIOR SOLUTION S.A. controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a SENIOR SOLUTION S.A. A consolidação é interrompida a partir da data em que a SENIOR SOLUTION S.A. deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*Impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são

alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela SENIOR SOLUTION S.A.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas e/ou incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2014 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e/ou incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2013 e de 2014, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das Companhias Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Senior Solution Serviços em Informática S.A., Controlpart Consultoria e Participações Ltda.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

As empresas do Grupo possuem como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.4 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio.

2.5 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

O cálculo de valor presente dos empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos foi efetuado seguindo a metodologia a seguir. Calculamos o valor futuro das amortizações mensais à taxa de juros contratada do financiamento. No segundo passo, calculamos o valor presente das mesmas parcelas pela taxa de desconto obtida pela WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*). A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

2.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.7.1 CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Nesta categoria também se enquadram os investimentos em coligada ou em controlada, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco,

independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação conforme CPC 18 (R2).

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.7.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.7.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *Impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *Impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *Impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *Impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *Impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *Impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *Impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *Impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2014, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 5% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 13,53% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2015 e 2020 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.

- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.

- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

2.9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo licenciamento de *softwares*, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia efetua mensalmente uma análise individual das notas fiscais em aberto. Algumas características são analisadas e sinalizam a necessidade de provisionamento, como (i) serviços não prestados adequadamente nos termos definidos nos contratos; (ii) notas fiscais com valores ou informações incorretas; (iii) ausência de evidência de que todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o cliente; e (iv) não é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

Além da análise da existência de alguma das características mencionadas acima, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa para notas fiscais cujo atraso no recebimento supera 9 meses da data de vencimento original, mesmo que na análise individual não tenham sido identificados fatores que justifiquem o provisionamento. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, a Diretoria poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

Por fim, para as notas fiscais, cujo atraso no recebimento supera 12 meses, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, o Conselho de Administração poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

2.10 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos

acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As empresas do Grupo não possuem valores relevantes de estoques de produtos, uma vez que suas atividades estão concentradas em serviços de tecnologia visando o mercado financeiro.

2.11 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Drive Consultoria e Informática Ltda. (incorporada em 01 de janeiro de 2014). Ativos intangíveis

adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 11).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (Nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que alguns dos referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*Impairment*).

b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 11.

c) Carteira de clientes

Carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

2.13 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.14 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

2.15 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à alíquota de 2,00%.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.19 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

b) Remuneração com base em ações

O Grupo ofereceu a alguns executivos até o ano de 2013, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, um plano de remuneração baseado em ações ("*Stock Options*", nota 21), segundo o qual recebia os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados.

c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

2.21 CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.22 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufer, principalmente, receitas de licenciamento de *software*, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à alíquota de 2,00%.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

2.23 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia ou autorizado pelo Conselho de Administração.

2.24 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Em 28 de maio de 2014, o IASB emitiu o IFRS 15 - Receita de contrato com clientes, resultado de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contrato com clientes. Esta norma traz duas abordagens para reconhecimento de receita que pode ser em um determinado momento ou com o passar do tempo e sua análise está baseada em cinco etapas que devem ser usadas para determinar o valor e o momento em que a receita deve ser reconhecida. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta norma e comunicará ao mercado oportunamente.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.25 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

2.25.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

2.25.2 Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

a) Perda (*Impairment*) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*Impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

A Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, dispõe sobre registro contábil do ativo fiscal

diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com a Instrução, o registro contábil do ativo fiscal diferido, pelas Companhias abertas, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, bem como a manutenção desse registro, deverão atender, cumulativamente, as seguintes condições:

- (i) apresentar histórico de rentabilidade;
- (ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos; e
- (iii) os lucros futuros referidos no inciso anterior deverão ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização.

c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

d) Provisões para contingências

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota 19. Desta forma são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

e) Deduções da receita bruta

A Medida Provisória nº 540/2011, que instituiu o Plano Brasil Maior, convertida na Lei nº 12.546/2011, determinou, dentre outras regras, a substituição da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta. A mudança não trata de uma prática contábil, mas o ajuste é decorrente de mudança de lei e impacta nas demonstrações financeiras prospectivamente. Com base no CPC nº 30 – Receitas, para fins de divulgação na demonstração do resultado, inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, a partir de janeiro de 2013 a Companhia optou por deduzir da receita e não mais considerar no custo ou na despesa, como foi realizado até 31 de dezembro de 2012.

3 COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS E AQUISIÇÕES DE INVESTIMENTOS

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes da SENIOR SOLUTION S.A. através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (hedge cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

4.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2014.

4.3 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às variações do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos com clientes e fornecedores e de obrigações por aquisição de investimentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 100% a 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por outro lado, os financiamentos referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do empréstimo. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,50% para o ano de 2015 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Foi atribuído às aplicações financeiras um rendimento médio de 102,5%, uma vez que nossas aplicações estão atreladas ao

rendimento entre 100% a 105% do CDI.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Consolidado</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
Aplicações financeiras	42.623.303	CDI	12,50%	9,38%	6,25%
Média Juros equivalentes CDB(100% e 105%)		102,5% CDI	12,81%	9,61%	6,41%
Receita financeira			5.461.111	4.095.833	2.730.555

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para o ano de 2015 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data-base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Consolidado</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
BNDES - nº 11201401016	4.512.510	TJLP+1%	293.313	366.641	439.970
Taxa de variação			6,50%	8,13%	9,75%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
	<u>(Reapresentado)</u>		<u>(Reapresentado)</u>	
Caixa	61	41	798	1.005
Bancos	616.416	507.871	1.481.305	1.705.538
Aplicações financeiras (i)	38.211.312	35.964.329	42.623.303	40.439.734
	<u>38.827.789</u>	<u>36.472.241</u>	<u>44.105.406</u>	<u>42.146.277</u>

- (i) A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando de 100% a 105% do CDI e liquidez imediata, ou seja, sem carência para resgates.

6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Valores faturados (i)	1.461.098	774.748	4.633.086	2.820.713
Serviços a faturar (ii)	3.165.581	1.875.248	6.047.841	3.016.864
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (iii)	(99.987)	(83.217)	(124.737)	(320.562)
	4.526.692	2.566.779	10.556.190	5.517.015

- (i) O aumento de 64% no consolidado dos Valores faturados se deu, principalmente, pela elevação do volume de emissões de notas fiscais no final do exercício de 2014, por solitação de alguns clientes, e pelo crescimento da receita no último trimestre do ano em relação ao período do ano anterior.
- (ii) O valor de Serviços a faturar refere-se a receita entregue aos clientes de acordo com o critério de reconhecimento de receita por competência, mas que até o fechamento não havia sido faturada. As variações percebidas tanto na controladora quanto no consolidado ocorreram, basicamente, por um maior prazo para formalização de renovações contratuais, bem como por um crescimento expressivo do volume de projetos de desenvolvimento de sistemas e de consultoria no segundo semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.
- (iii) Apresentamos abaixo a movimentação da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
	(83.217)	(320.562)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		
Adições	-	(8.167)
Reversões	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	(83.217)	(328.729)
Adições	-	(7.460)
Reversões	-	-

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
31 de dezembro de 2014

Baixas (i)	12.155	249.497
Saldo em 30 de junho de 2014	(71.062)	(86.692)
Adições	(28.925)	(38.045)
Reversões	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	(99.987)	(124.737)
Adições	-	-
Reversões	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(99.987)	(124.737)

- (i) A Companhia efetuou a baixa de algumas notas fiscais, pois elas atenderam aos critérios fiscais estabelecidos no Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e, conseqüentemente, puderam ser utilizadas como redutoras da base de cálculo no Livro de Apuração dos Lucros e Resultados (LALUR) do período. De acordo com RIR/1999, art. 340, § 1, para fins da legislação fiscal, poderão ser registrados como perda e conseqüente dedução na apuração do imposto de renda, os créditos vencidos que atendam aos critérios de valor individual e de tempo em que estejam pendentes de recebimento. É importante esclarecer que tais valores não se configuraram em perdas efetivas para a Companhia, uma vez que, por solicitação de alguns clientes, fizemos a substituição das referidas notas fiscais para que eles pudessem efetuar o pagamento à Companhia.

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Serviços a faturar	3.165.581	1.875.248	6.047.841	3.016.864
A vencer	849.221	594.784	3.566.528	2.130.503
Contas vencidas – de 1 a 90 dias	386.682	96.747	816.613	308.587
Contas vencidas – de 91 a 180 dias	-	-	-	36.934
Contas vencidas – de 181 a 270 dias	125.208	-	125.208	24.127
Contas vencidas – de 271 a 360 dias	-	-	-	-
Contas vencidas – mais de 360 dias	-	-	-	-
	4.526.692	2.566.779	10.556.190	5.517.015

Do saldo consolidado de notas fiscais a vencer em 31 de dezembro de 2014, foi liquidado o montante de R\$3.486.993 até a data desse relatório, o que corresponde a 97,8% do valor em aberto, enquanto que, do saldo consolidado de notas fiscais vencidas foi liquidado o montante de R\$941.821 até a data desse relatório, o que corresponde a 100,0% do valor total das notas fiscais vencidas.

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
IRRF e IRPJ/CSLL a compensar (i)	779.840	212.386	2.248.585	1.413.545
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (ii)	111.223	254.208	127.578	403.633
IR sobre aplicações financeiras	-	108.696	-	110.235
	891.063	575.290	2.376.163	1.927.413

- (i) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipados.
- (ii) Refere-se ao PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no recebimento dos valores de notas fiscais emitidas por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas.

8 DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são compostas basicamente por depósitos judiciais relativos a causas trabalhistas ativas.

9 ADIANTAMENTO E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
Adiantamento de salário	8.713	-	8.713	-
Adiantamento de PPR / Bônus	-	-	-	12.238
Adiantamento de 13º salário (i)	-	-	-	-
Adiantamento de férias	21.451	25.621	46.023	56.135
Adiantamento a fornecedores	13.065	1.079	15.472	5.669
	43.229	26.700	70.208	74.042

- (i) A Companhia efetua o adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro salário no mês de junho de cada ano e, ao final de cada exercício, este valor é compensado com a provisão do passivo.

10 INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Abaixo são apresentadas as informações da Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas:

Razão Social	% participação societária				
	31.12.2014	30.09.2014	30.06.2014	31.03.2014	31.12.2013
Senior Solution Serviços em Informática S.A.	100%	100%	100%	100%	100%
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	100%	100%	100%	100%	100%
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	100%	100%	100%	100%	100%
Drive Consultoria e Informática Ltda. (i)	n/a	n/a	n/a	n/a	100%

- (i) O percentual apresentado refere-se à participação indireta da Companhia através de sua investida direta Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria"). A Senior Consultoria é a sociedade controladora da Drive Consultoria e Informática Ltda. ("Drive"), com participação de 100% sobre o capital social da investida em 31 de dezembro de 2014.

Visando a otimização administrativa e operacional, foi realizada a incorporação da Drive por sua controladora Senior Consultoria em 01 de janeiro de 2014. A referida incorporação integral teve como objetivo a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa. As partes são empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial e com interesses e investimentos no mesmo ramo de atividade. Segundo a Administração da Companhia a incorporação traz benefícios, tanto de ordem administrativa como econômica, pois permite a união das forças e do patrimônio das empresas, um melhor aproveitamento dos recursos das partes envolvidas e o aumento da sinergia empresarial.

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2014 entre a Controladora, suas controladas e administradores da Companhia:

	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)
	31.12.2014 (Reapresentado)		31.12.2013	
Partes relacionadas				
Administradores - Exercício do plano de ações	-	-	410.080	-
Circulante	-	-	410.080	-
Senior Solution Serviços em Informática S.A.(i)	1.840.161	-	1.263.500	-
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.(i)	-	324.552	590.777	-
Não Circulante	1.840.161	324.552	1.854.277	-
	1.840.161	324.552	2.264.357	-

- (i) As transações entre as empresas do Grupo referem-se a compartilhamento de gastos, principalmente administrativos, e são executadas com base em contratos firmados. Não há quaisquer transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as empresas.

11 INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas

	Patrimônio líquido	Participação (%)	Resultado do exercício	Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31.12.2014 (reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (reapresentado)	31.12.2013
Senior Solution Serviços em Informática S.A.	1.159.905	100%	(445.485)	1.159.905	1.605.390	(445.485)	140.662
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	17.069.064	100%	3.279.502	17.069.064	13.789.561	3.279.502	1.158.700
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	2.529.298	100%	3.264.905	2.529.298	2.264.394	3.264.905	2.102.033
				20.758.267	17.659.345	6.098.922	3.401.395

b) Movimentação dos investimentos

	Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	Senior Solution Serviços em Informática S.A.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	Total
Investimentos em 31 de dezembro de 2013	13.789.561	1.605.390	2.264.394	17.659.345
Equivalência patrimonial	3.040.642	94.706	921.684	4.057.032
Investimentos em 31 de março de 2014	16.830.203	1.700.096	3.186.078	21.716.377
Equivalência patrimonial	(93.053)	(390.071)	930.978	447.854
Investimentos em 30 de junho de 2014	16.737.150	1.310.025	4.117.056	22.164.231
Equivalência patrimonial	(1.358.167)	(555.640)	815.855	(1.097.952)
Investimentos em 30 de setembro de 2014	15.378.983	754.385	4.932.911	21.066.279
Equivalência patrimonial	1.690.081	405.520	596.387	2.691.988
Distribuição de Dividendos (i)	-	-	(3.000.000)	(3.000.000)
Investimentos em 31 de dezembro de 2014	17.069.064	1.159.905	2.529.298	20.758.267

- (i) No dia 20 de outubro de 2014 foi aprovado por todos os sócios da controlada Controlpart Consultoria e Participações Ltda a distribuição de dividendos para sua controladora Senior Solution S.A.

12 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

					Controladora
					31.12.2013
					31.12.2014 (Reapresentado)
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	253.601	(202.314)	51.287	43.941
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	238.227	(121.248)	116.979	93.627
Móveis e utensílios	9 - 12	538.153	(359.290)	178.863	226.337
Computadores e periféricos	4 - 5	952.917	(787.453)	165.464	115.385
		1.982.898	(1.470.305)	512.593	479.290

					Consolidado
					31.12.2013
					31.12.2014 (Reapresentado)
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	378.700	(322.436)	56.264	50.893
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	257.049	(129.057)	127.992	105.595
Móveis e utensílios	9 - 12	1.061.965	(730.733)	331.232	429.852
Computadores e periféricos	4 - 5	2.630.492	(2.265.159)	365.333	464.471
		4.328.206	(3.447.385)	880.821	1.050.811

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
 31 de dezembro de 2014

b) Movimentação do imobilizado – Controladora

Custo	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	227.099	188.795	539.466	864.503	1.819.863
Adições	-	33.001	-	9.250	42.251
Baixas	-	-	-	(2.741)	(2.741)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	227.099	221.796	539.466	871.012	1.859.373
Adições	-	9.995	-	11.716	21.711
Baixas	-	-	(500)	-	(500)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	227.099	231.791	538.966	882.728	1.880.584
Adições	-	-	-	27.611	27.611
Baixas	-	-	(813)	-	(813)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	227.099	231.791	538.153	910.339	1.907.382
Adições	26.502	6.436	-	50.744	83.682
Baixas	-	-	-	(8.166)	(8.166)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	253.601	238.227	538.153	952.917	1.982.898
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(183.158)	(95.168)	(313.129)	(749.118)	(1.340.573)
Adições	(5.416)	(5.221)	(11.832)	(13.343)	(35.812)
Baixas	-	-	-	2.741	2.741
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	(188.574)	(100.389)	(324.961)	(759.720)	(1.373.644)
Adições	(5.144)	(6.884)	(11.833)	(10.367)	(34.228)
Baixas	-	-	500	-	500
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	(193.718)	(107.273)	(336.294)	(770.087)	(1.407.372)
Adições	(4.574)	(6.889)	(11.820)	(10.932)	(34.215)
Baixas	-	-	559	-	559
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	(198.292)	(114.162)	(347.555)	(781.019)	(1.441.028)
Adições	(4.022)	(7.086)	(11.735)	(12.455)	(35.298)
Baixas	-	-	-	6.021	6.021
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(202.314)	(121.248)	(359.290)	(787.453)	(1.470.305)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2014	51.287	116.979	178.863	165.464	512.593

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
31 de dezembro de 2014

c) Movimentação do imobilizado – Consolidado

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	352.198	206.698	1.096.642	2.542.699	4.198.237
Adições	-	33.920	2.200	9.251	45.371
Baixas	-	-	(2.640)	(4.603)	(7.243)
Transferências	-	-	(24.889)	24.889	-
Saldos em 31 de março de 2014	352.198	240.618	1.071.313	2.572.236	4.236.365
Adições	-	9.996	-	17.476	27.472
Baixas	-	-	(7.089)	(26.983)	(34.072)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	352.198	250.614	1.064.224	2.562.729	4.229.765
Adições	-	-	-	27.611	27.611
Baixas	-	-	(2.259)	-	(2.259)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	352.198	250.614	1.061.965	2.590.340	4.255.117
Adições	26.502	6.435	-	50.744	83.681
Baixas	-	-	-	(10.592)	(10.592)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	378.700	257.049	1.061.965	2.630.492	4.328.206
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(301.305)	(101.103)	(666.790)	(2.078.228)	(3.147.426)
Adições	(5.942)	(5.675)	(29.833)	(56.846)	(98.296)
Baixas	-	-	2.640	4.603	7.243
Transferências	-	-	18.688	(18.688)	-
Saldos em 31 de março de 2014	(307.247)	(106.778)	(675.295)	(2.149.159)	(3.238.479)
Adições	(5.627)	(7.357)	(21.137)	(51.084)	(85.205)
Baixas	-	-	6.398	26.983	33.381
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	(312.874)	(114.135)	(690.034)	(2.173.260)	(3.290.303)
Adições	(5.057)	(7.363)	(21.364)	(50.055)	(83.839)
Baixas	-	-	2.005	-	2.005
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	(317.931)	(121.498)	(709.393)	(2.223.315)	(3.372.137)
Adições	(4.505)	(7.559)	(21.340)	(50.291)	(83.695)
Baixas	-	-	-	8.447	8.447
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(322.436)	(129.057)	(730.733)	(2.265.159)	(3.447.385)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2014	56.264	127.992	331.232	365.333	880.821

13 INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

		Controladora			
		31.12.2014 (Reapresentado)		31.12.2013	
Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e <i>Impairment</i>	Líquido	Líquido	
Ágio pela aquisição de controladas – Goodwill (i)	-	10.158.992	(2.081.745)	8.077.247	9.037.410
Direito de uso de softwares	5	197.083	(108.311)	88.772	63.835
Marcas e patentes	-	613.232	-	613.232	613.232
		10.969.307	(2.190.056)	8.779.251	9.714.477

		Consolidado			
		31.12.2014 (Reapresentado)		31.12.2013	
Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e <i>Impairment</i>	Líquido	Líquido	
Ágio pela aquisição de controladas – Goodwill (i)	-	10.376.756	(2.081.745)	8.295.011	9.255.174
Software DriveAMnet (ii)	5	3.072.000	(614.400)	2.457.600	3.072.000
Direito de uso de softwares	5	533.829	(264.570)	269.259	291.543
Valor da carteira de clientes Drive	10	6.592.448	(659.245)	5.933.203	6.592.448
Acordo de não competição Drive	5	239.199	(47.840)	191.359	239.199
Marcas e patentes	-	4.910.931	-	4.910.931	4.910.931
		25.725.163	(3.667.800)	22.057.363	24.361.295

- (i) O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia (*Impairment*), que é realizado anualmente, resultou na provisão de R\$960.163 para o ágio proveniente da aquisição da Impactools (Ecommerce Consultoria em Informática S.A.), atual Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.
- (ii) Em agosto de 2014, a Companhia concluiu a análise em relação à definição da vida útil do intangível, passando a considerar uma amortização contábil para o Software DriveAMnet. Foi efetuada a contabilização da amortização retroativa à data de incorporação da empresa, efetuada em 01 de janeiro de 2014.

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
31 de dezembro de 2014

b) Movimentação do intangível – Controladora

	<i>Goodwill</i> pela aquisição de controladas	Direito de uso de softwares	Marcas e patentes	Total
Custo				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.158.992	187.834	613.232	10.960.058
Adições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	10.158.992	187.834	613.232	10.960.058
Adições	-	37.566	-	37.566
Baixas	-	(26.388)	-	(26.388)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	10.158.992	199.012	613.232	10.971.236
Adições	-	22.862	-	22.862
Baixas	-	(24.791)	-	(24.791)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	10.158.992	197.083	613.232	10.969.307
Adições	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.158.992	197.083	613.232	10.969.307
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(1.121.582)	(123.999)	-	(1.245.581)
Adições	-	(5.724)	-	(5.724)
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	(1.121.582)	(129.723)	-	(1.251.305)
Adições	-	(7.172)	-	(7.172)
Baixas	-	26.388	-	26.388
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	(1.121.582)	(110.507)	-	(1.232.089)
Adições	-	(9.206)	-	(9.206)
Baixas	-	24.791	-	24.791
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	(1.121.582)	(94.922)	-	(1.216.504)
Adições	-	(13.389)	-	(13.389)
Baixas	-	-	-	-
<i>Impairment (i)</i>	(960.163)	-	-	(960.163)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(2.081.745)	(108.311)	-	(2.190.056)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2014	8.077.247	88.772	613.232	8.779.251

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
31 de dezembro de 2014

c) Movimentação do intangível – Consolidado

<u>Custo</u>	<u>Goodwill pela aquisição de controladas</u>	<u>Software Drive Amnet</u>	<u>Direito de uso de softwares</u>	<u>Valor da Carteira de Clientes</u>	<u>Acordo de não competição</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.376.756	3.072.000	580.761	6.592.448	239.199	4.910.931	25.772.095
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	10.376.756	3.072.000	580.761	6.592.448	239.199	4.910.931	25.772.095
Adições	-	-	56.615	-	-	-	56.615
Baixas	-	-	(61.334)	-	-	-	(61.334)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2014	10.376.756	3.072.000	576.042	6.592.448	239.199	4.910.931	25.767.376
Adições	-	-	22.863	-	-	-	22.863
Baixas	-	-	(65.076)	-	-	-	(65.076)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	10.376.756	3.072.000	533.829	6.592.448	239.199	4.910.931	25.725.163
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.376.756	3.072.000	533.829	6.592.448	239.199	4.910.931	25.725.163
Amortização							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.121.582)	-	(289.218)	-	-	-	(1.410.800)
Adições	-	-	(15.928)	(164.811)	(11.960)	-	(192.699)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	(1.121.582)	-	(305.146)	(164.811)	(11.960)	-	(1.603.499)
Adições	-	-	(25.108)	(164.811)	(11.960)	-	(201.879)
Baixas	-	-	61.334	-	-	-	61.334
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2014	(1.121.582)	-	(268.920)	(329.622)	(23.920)	-	(1.744.044)
Adições	-	(422.400)	(28.271)	(164.812)	(8.970)	-	(624.453)

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
31 de dezembro de 2014

	Goodwill pela aquisição de controladas	Software Drive Amnet	Direito de uso de softwares	Valor da Carteira de Clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Total
Baixas	-	-	65.076	-	-	-	65.076
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	(1.121.582)	(422.400)	(232.115)	(494.434)	(32.890)	-	(2.303.421)
Adições	-	(192.000)	(32.455)	(164.811)	(14.950)	-	(404.216)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
<i>Impairment (i)</i>	(960.163)	-	-	-	-	-	(960.163)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.081.745)	(614.400)	(264.570)	(659.245)	(47.840)	-	(3.667.800)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2014	8.295.011	2.457.600	269.259	5.933.203	191.359	4.910.931	22.57.363

- (i) O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia (*Impairment*), que é realizado anualmente, resultou na provisão de R\$960.163 para o ágio proveniente da aquisição da Impactools (Ecommerce Consultoria em Informática S.A.), atual Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.

Apresentamos abaixo a composição do saldo de *goodwill*, proveniente de aquisições efetuados anteriormente:

	Valor proporcional do PL na data de aquisição	Empresa incorporada	Valor de aquisição menos intangíveis identificados	Goodwill	Amortização acumulada e Impairment	Saldo em 31.12.2014	Saldo em 31.12.2013
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	291.446	Não	1.590.283	1.298.837	(1.298.837)	-	960.163
Intellectual Capital Ltda.	660.482	Sim	6.797.006	6.136.524	(782.908)	5.353.616	5.353.616
Controlpart Consult e Part Ltda.	1.146.172	Não	3.869.803	2.723.631	-	2.723.631	2.723.631
Drive Consultoria e Informática Ltda.	594.384	Sim	812.148	217.764	-	217.764	217.764
	2.692.484		13.069.240	10.376.756	(2.081.745)	8.295.011	9.255.174

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos é a seguinte:

			Controladora e Consolidado	
			31.12.2014	
	Encargos	Vencimento	(Reapresentado)	31.12.2013
BNDES – nº 8202451017	TJLP + 1% a.a.	15/06/2014	-	671.195
BNDES – nº 11201401016	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	4.512.509	5.700.000
Ajuste a valor presente			(521.432)	(883.676)
Total			3.991.077	5.487.519
(–) Circulante			(1.135.344)	(1.496.453)
Não circulante			2.855.733	3.991.066

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos seguem o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

Trimestre	Controlada e Consolidado	Trimestre	Controlada e Consolidado
		1º trimestre 2017	340.412
1º trimestre 2016	314.583	2º trimestre 2017	340.412
2º trimestre 2016	314.583	3º trimestre 2017	340.412
3º trimestre 2016	314.583	4º trimestre 2017	340.412
4º trimestre 2016	314.583	1º trimestre 2018	235.753
		Não circulante	2.855.733

14.1 COVENANTS

A Companhia tem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

15 ADIANTAMENTO DE CLIENTE

O montante registrado em adiantamento de clientes refere-se a notas fiscais emitidas para clientes, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício. A medida que o serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta conta.

16 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
INSS/FGTS a recolher	314.581	216.539	756.880	553.192
IRRF sobre salários	303.460	251.021	555.863	464.606
Provisão para férias	1.294.868	1.075.456	2.430.587	2.235.905
Provisão para décimo terceiro salário e encargos	-	-	-	-
Bônus, comissão e participação nos resultados (i)	2.646.302	1.034.395	3.117.020	1.498.661
Outros	6.218	6.229	13.119	12.523
	4.565.429	2.583.640	6.873.469	4.764.887

- (i) A provisão para bônus e participação de resultados é registrada mensalmente, e depende do atingimento das metas corporativas e individuais dos colaboradores. O pagamento desses proventos ocorre sempre no mês de abril do exercício subsequente ao de apuração dos resultados.

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
IR e CS a recolher	3.431	2.644	124.827	172.610
ISS a recolher	141.942	94.095	512.124	322.179
PIS/COFINS a recolher	32.477	8.054	134.662	56.767
Outros impostos a pagar	1.728	541	1.834	1.013
Total	179.578	105.334	773.447	552.569

18 OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
Aquisição Controlpart	366.117	366.117	366.117	366.117
Aquisição Senior Consultoria	-	275.643	-	275.643
Aquisição Drive Consultoria	-	-	1.406.250	1.406.250
Ajuste a valor presente	(30.143)	(36.013)	(187.190)	(239.534)
Passivo circulante	335.974	605.747	1.585.177	1.808.476
Aquisição Controlpart	1.586.501	1.952.616	1.586.501	1.952.616
Aquisição Senior Consultoria	-	-	-	-
Aquisição Drive Consultoria	-	-	2.184.377	3.590.627
Ajuste a valor presente	(62.245)	(92.389)	(206.961)	(394.153)
Passivo não circulante	1.524.256	1.860.227	3.563.917	5.149.090
Obrigações por aquisição de investimento	1.860.230	2.465.974	5.149.094	6.957.566

O saldo do passivo não circulante segue o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

Trimestre	Controladora	Consolidado	Trimestre	Controladora	Consolidado
1º trimestre 2016	85.487	409.856	2º trimestre 2018	88.042	107.245
2º trimestre 2016	85.487	409.856	3º trimestre 2018	88.042	107.245
3º trimestre 2016	85.487	409.856	4º trimestre 2018	88.042	107.245
4º trimestre 2016	85.487	409.856	1º trimestre 2019	90.129	90.129
1º trimestre 2017	87.007	253.350	2º trimestre 2019	90.129	90.129
2º trimestre 2017	87.007	253.350	3º trimestre 2019	90.129	90.129
3º trimestre 2017	87.007	253.350	4º trimestre 2019	90.129	90.129
4º trimestre 2017	87.007	253.350	1º trimestre 2020	91.193	91.193
1º trimestre 2018	88.042	107.245	2º trimestre 2020	30.403	30.404
			Não circulante	1.524.256	3.563.917

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário.

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013		31.12.2014		31.12.2013	
	Provisão (Passivo)	Depósitos (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos (Ativo)
Trabalhistas e previdenciários	1.278.117	71.903	1.245.956	82.250	1.889.200	84.483	1.862.789	94.830

Os valores referentes aos depósitos se encontram registrados na rubrica “Despesas antecipadas” do ativo circulante.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contingência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.245.956	1.862.789
Adições	15.000	15.000
Reversões	-	(2.500)
Baixas (i)	(256.927)	(256.927)
Saldo em 31 de março de 2014	1.004.029	1.618.362
Adições	40.000	40.000
Reversões	-	-
Baixas	-	-
Saldo em 30 de junho de 2014	1.044.029	1.658.362
Adições	228.532	228.532
Reversões	(53.867)	(53.867)
Baixas	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.218.694	1.833.027
Adições	157.911	157.911
Reversões	-	-
Baixas (ii)	(98.488)	(101.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.278.117	1.889.200

- (i) Do valor das baixas registradas no período, um montante de R\$ 164.967 refere-se a processo judicial relacionado a um ex-prestador de serviço, com matéria ligada a danos morais, vale alimentação, verbas rescisórias e multas dos acordos coletivos. O valor de R\$ 91.960 refere-se a acordo judicial com ex-funcionário, cuja matéria do processo continha danos morais e materiais.
- (ii) O montante refere-se a processos judiciais relacionados a dois ex-funcionários, com matéria ligada a danos morais, verbas rescisórias e multas dos acordos coletivos.

a) Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

b) Previdenciário

A Companhia revisa tempestivamente o risco de autuação previdenciária decorrente da contratação de prestadores de serviços e gerencia esses contratos de forma a mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 50.560.594, totalmente subscrito e integralizado. O capital é representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os titulares das ações ordinárias tem direito a um voto por ação nas assembleias de acionistas da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, além das ações em tesouraria.

Acionistas	31.12.2014 (Reapresentado)	
	Quantidade de ações	%
BNDES Participações S.A	1.347.960	11,44%
Bernardo Francisco Pereira Gomes	1.328.065	11,27%
Antonio Luciano de Camargo Filho	1.319.217	11,19%
FMIEE Stratus GC	1.026.964	8,71%
Una Capital Ltda.	951.865	8,08%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.	675.102	5,73%
FIA Focus Eac	627.000	5,32%
Tesouraria	432.300	3,67%
Outros acionistas	4.078.730	34,60%
Total	11.787.203	100,00%

21 PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em Reunião do Conselho de Administração, ocorrida no dia 30 de abril de 2013, foi aprovada por unanimidade a fixação do prazo para exercício das opções emitidas pela Companhia e as condições de pagamento, tendo em vista a ocorrência de um evento de liquidez (conforme definido no Art. 20 do referido plano, que foi a oferta pública inicial de ações). Os conselheiros deliberaram que seus beneficiários poderão exercer as opções exercíveis até 30 de setembro de 2013 e, no caso de exercício, deverão realizar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional.

Posteriormente, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, passando de R\$ 50.150.514 para R\$ 50.560.594, em razão da emissão de ações ordinárias decorrentes do exercício de opções pelos beneficiários do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Plano), aprovado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de fevereiro de 2008 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2012. Nesse contexto, foram emitidas, no dia 30 de agosto de 2013, 131.520 ações ordinárias ao preço de exercício de R\$3,118 por opção, passando o capital social a ser representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O aumento do capital foi aprovado dentro do limite de capital autorizado em conformidade com o Art. 12 alínea “p” do Estatuto Social da Companhia e integralizado nos dias 28 e 29 abril de 2014 pelos beneficiários do Plano.

No momento, a Companhia não possui nenhum Plano de Opção de Compra de Ações ativo.

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
Software	17.290.812	16.152.496	19.721.291	18.565.234
Serviços	5.811.575	5.923.785	12.566.727	7.747.117
Consultoria	437.380	89.894	6.417.901	3.396.354
Outsourcing	8.380.044	8.042.249	22.063.584	17.206.861
Drive (i)	47.520	-	17.965.786	9.789.639
Receita bruta de serviços	31.967.331	30.208.424	78.735.289	56.705.205
ISS	(1.234.412)	(1.147.441)	(3.448.603)	(2.416.696)
PIS e COFINS	(1.166.808)	(1.082.297)	(2.850.994)	(2.047.487)
INSS patronal	(639.347)	(593.040)	(1.424.805)	(1.045.157)
Impostos sobre venda	(3.040.567)	(2.822.778)	(7.724.402)	(5.509.340)
Software	15.820.213	14.767.880	18.023.219	16.973.795
Serviços	5.194.739	5.312.530	11.264.349	6.947.718
Consultoria	391.055	82.072	5.875.658	3.100.808
Outsourcing	7.477.348	7.223.164	19.787.583	15.426.501
Drive (i)	43.409	-	16.060.078	8.747.043
Receita operacional líquida	28.926.764	27.385.646	71.010.887	51.195.865

- (i) Refere-se à receita bruta da empresa Drive Consultoria e Informática Ltda. considerada a partir de 06 de junho de 2013 para fins de consolidação, data da aquisição feita pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 9,8% para o Consolidado, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social). Entre as unidades de negócio, Software apresentou uma alíquota média de impostos sobre as vendas de 8,6%, Serviços de 10,3%, Outsourcing de 10,3%, Consultoria de 8,4% e Drive de 10,6%.

23 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
Mão de obra terceirizada	1.448.799	2.762.828	7.396.874	4.267.855
Pessoal, encargos e benefícios	11.475.893	10.750.190	31.249.107	23.881.403
Outros custos	801.156	601.017	1.128.278	811.731
	13.725.848	14.114.035	39.774.259	28.960.989

24 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2014 (Reapresentado)	31.12.2013
Serviços de terceiros	933.288	1.009.059	1.284.697	1.492.570
Pessoal, encargos e benefícios	4.968.192	4.124.740	6.994.346	6.111.291
Comissões	407.200	212.283	536.229	242.259
Aluguéis, seguros, condomínios e outros	1.234.067	1.156.326	2.222.002	1.968.356
Complemento (Reversão) provisão para bônus e participação nos resultados	2.298.916	931.708	2.541.408	819.313
Complemento (Reversão) provisão devedores duvidosos	28.925	17.711	53.672	2.668
Complemento (Reversão) provisão para contingência	387.576	(185.639)	385.076	(116.707)
Energia, comunicação e outros	612.172	509.138	856.711	686.478
Consultores, advogados e auditores	876.124	885.393	975.314	1.110.651
Despesas de serviço compartilhado	(4.185.695)	(1.854.277)	-	-
Despesas com passagens e estadias	105.951	114.405	169.393	304.690
Outros gastos (i)	237.225	173.316	288.796	219.047
	7.903.941	7.094.163	16.307.644	12.840.616

- (i) Referem-se, principalmente, a outras provisões e demais materiais e insumos necessários à operação.

Do total das despesas gerais e administrativas do ano de 2014, um montante de R\$ 468 mil refere-se a gastos com a estrutura e processos relacionados a fusões e aquisições, enquanto que no mesmo período de 2013 este montante foi de R\$ 925 mil.

25 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Despesas financeiras:				
Juros de aquisição de investimento e outros	(232.103)	(358.788)	(374.619)	(375.249)
Juros sobre empréstimos	(326.228)	(457.663)	(326.228)	(457.663)
Despesas bancárias	(18.598)	(13.401)	(29.301)	(27.633)
Ajuste a valor presente	(398.258)	(124.915)	(601.781)	(243.561)
Despesas com IOF	(2.695)	(1.014)	(9.056)	(8.832)
Outros	-	(2.192)	(1.002)	(12.078)
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação	3.558.364	2.623.589	4.069.182	2.817.403
Correção monetária de créditos tributários	124.485	78.399	276.002	137.688
Ajuste a valor presente	-	237.536	-	861.467
Descontos obtidos	8.287	13.106	15.635	13.106
	2.713.254	1.994.657	3.018.832	2.704.648

26 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e o prejuízo fiscal e a base negativa acumulados.

a) Imposto de renda corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	11.499.232	7.831.136
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.909.739	2.662.586
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(653.869)	(102.668)
Ajustes receita por competência	(220.773)	(204.229)
Provisão para pagamento de bônus	627.341	183.280
Provisões Trabalhistas	16.215	(68.217)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	5.702	(30.612)
Equivalência patrimonial	(2.073.633)	(1.156.474)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem (i)	(697.314)	-
Provisão participação nos resultados	28.024	41.362

ADC 018/2015 – SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM
AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.
31 de dezembro de 2014

Pagamento de associação de classes	15.492	13.592
Provisão para <i>Impairment</i> (ii)	326.455	-
Despesa com emissão de ações	-	(664.796)
Juros sobre capital próprio	(606.488)	-
PAT e outras diferenças permanentes	(11.219)	17.082
Ajuste a valor presente	135.408	(38.291)
Amortização fiscal de ágio dedutível	-	(417.284)
Parcela isenta da alíquota adicional	(24.000)	(24.000)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	777.080	211.331

Consolidado	
31.12.2014	31.12.2013
(Reapresentado)	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	11.219.044 8.066.926
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.814.475 2.742.755
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:	
Compensação de prejuízos fiscais	(762.089) (102.668)
Ajustes receita por competência	(505.500) (450.766)
Provisão para pagamento de bônus	700.223 162.323
Provisões trabalhistas	19.011 (68.217)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(2.138) (35.727)
Equivalência patrimonial	- -
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem (i)	(697.314) (318.459)
Provisão participação nos resultados	47.108 68.788
Pagamento de associação de classes	27.387 21.087
Provisão para <i>Impairment</i> (ii)	326.455 -
Despesa com emissão de ações	- (664.796)
Juros sobre capital próprio	(606.488) -
PAT e outras diferenças permanentes	12.183 6.151
Ajuste a valor presente	204.606 (210.088)
Amortização de ágio dedutível	(306.134) (417.284)
Parcela isenta da alíquota adicional	(48.000) (38.000)
Prejuízo fiscal e lucro presumido (iii)	(415.463) (135.346)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	1.808.322 559.753

- (i) No dia 10 de junho de 2014 a Companhia emitiu um comunicado ao mercado informando que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) aprovou a inclusão da Companhia na categoria das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais da Lei do Bem relativos ao ano base de 2012. Portanto, a Controladora, por conta do reconhecimento do referido incentivo fiscal, registrou um benefício, no valor de R\$697.314,00, pela redução do imposto de renda e contribuição social corrente. A lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizaram pesquisas e desenvolvimento de inovação tecnológica.
- (ii) O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia (*Impairment*), que é realizado anualmente, resultou na provisão de R\$960.163 para o ágio proveniente da aquisição da

Impactools (Ecommerce Consultoria em Informática S.A.), atual Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.

- (iii) A controlada Senior Solution Serviços em Informática S.A. apresentou prejuízo fiscal no exercício, enquanto que a controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. apresentou lucro fiscal gerando, desta forma, uma provisão de R\$223.946. Estas empresas seguem o regime de apuração de lucro real, enquanto que a controlada Controlpart Consultoria e Participações Ltda. segue o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, apurando no exercício R\$807.296 de provisão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo e passivo

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Ativo circulante				
Intangível com vida útil indefinida – Drive (i)	-	-	306.134	-
Total ativo circulante	-	-	306.134	-
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution S.A.	535.077	892.269	535.077	892.269
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Serviços em Informática S.A.	-	-	1.373.944	1.200.382
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Consultoria em Informática Ltda	-	-	1.048.636	1.156.856
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.996	28.293	39.633	41.771
Provisão para participação nos lucros	922.173	-	1.063.153	-
Provisão para contingência e outras obrigações	434.560	423.625	642.328	423.625
Intangível com vida útil indefinida – Drive (i)	-	-	918.402	-
Total ativo não circulante	1.925.806	1.344.187	5.621.173	3.714.903
Total IR / CS diferido Ativo	1.925.806	1.344.187	5.927.307	3.714.903
Passivo circulante				
Serviços a faturar (ii)	1.076.298	637.584	1.845.936	1.025.734
Adiantamento de clientes (ii)	(799.539)	(605.044)	(906.686)	(613.289)
Provisão de impostos incidentes sobre receita por competência (ii)	(26.569)	(3.124)	(89.892)	(103.216)
Total passivo circulante	250.190	29.416	849.358	309.229
Total IR / CS diferido Passivo	250.190	29.416	849.358	309.229

- (i) No dia 01 de janeiro de 2014, a Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (“Senior Consultoria”) efetuou a incorporação da empresa investida Drive Consultoria e Informática Ltda. (“Drive”), visando a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa, buscando a otimização administrativa e operacional. Com a incorporação, a Senior Consultoria passa a se beneficiar da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Drive, dentro do período determinado pela legislação em vigor. No âmbito do processo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*,

em inglês), de identificação e avaliação dos ativos (tangíveis e intangíveis) da transação, a Administração registrou, no momento da incorporação, o imposto de renda e contribuição social diferido proveniente dos ativos intangíveis não amortizáveis contabilmente, ou seja, ativos intangíveis que não possuem vida útil definida e, por isso, se configuram como diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social corrente. Abaixo, apresentamos a composição dos itens intangíveis da Drive considerados na composição do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Consolidado
Intangíveis da aquisição da Drive não amortizáveis contabilmente	
Goodwill	217.764
Marcas e patentes	4.284.205
Total	4.501.969
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 01.01.2014	1.530.669
Movimentação	
Amortização fiscal considerada no ano de 2014	
Goodwill	(14.808)
Marcas e patentes	(291.325)
Total	(306.133)
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 31.12.2014	1.224.536

- (ii) O montante registrado como imposto de renda e contribuição social diferido corresponde ao efeito tributário dos ajustes de receita por competência, decorrentes do reconhecimento de serviços a faturar e de adiantamento de clientes.

c) Imposto de renda e contribuição social diferido - resultado

Apresentamos abaixo, a reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido no resultado do período:

	Consolidado		
	31.12.2014	31.12.2013	Variação
	(Reapresentado)		
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	5.927.307	3.714.903	2.212.404
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – passivo	(849.358)	(309.229)	(540.129)
Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado			1.672.275

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos atuais em um prazo inferior a 5 anos.

27 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
	(Reapresentado)	
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	11.082.997	6.384.095
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	11.505.495	11.124.811
Resultado básico por ação	0,963	0,574
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	11.082.997	6.384.095
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	11.505.495	11.124.811
Média ponderada de número de opções de ações	-	-
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	11.505.495	11.124.811
Resultado diluído por ação	0,963	0,574

28 SEGUROS

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são as máquinas e equipamentos e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

29 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (pró-labore), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, e outros), previdência privada e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus, dependendo da modalidade de contratação de cada um.

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aquisição Aquarius

Em 2 de fevereiro de 2015, a controlada Senior Solution Consultoria Ltda. (Senior Solution Consultoria) celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda., uma das líderes no desenvolvimento de softwares aplicativos para o segmento de consórcios.

O valor inicial da transação foi de R\$ 6.500.000,00, composto por (i) uma parcela à vista de R\$ 5.000.000,00 desembolsada na data da transação e (ii) uma parcela a prazo totalizando R\$ 1.500.000,00 a ser desembolsada por meio de 36 pagamentos mensais reajustados anualmente pela variação do IPCA. O valor da transação poderá ser acrescido de uma parcela adicional de até R\$ 2.500.000,00, vinculada ao alcance de receita líquida entre R\$ 6.000.000,00 e R\$ 8.000.000,00 em 2015 e calculada por interpolação linear nesse intervalo.

No período de 12 meses encerrado em 30 de setembro de 2014, a Aquarius Tecnologia obteve receita líquida de R\$ 6.204.130,29.

A celebração do Contrato pela Senior Solution Consultoria foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art.12 alínea “x” do Estatuto Social. A transação será submetida à ratificação dos acionistas da Companhia, de acordo com o Art. 256 da Lei 6.404.

b) Financiamento BNDES - Prosoft

Foi disponibilizado pelo BNDES em 20 de fevereiro de 2015 a quantia de R\$ 4.000.000,00 referente à linha de financiamento Prosoft, aprovada em 19 de novembro de 2014.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 22 de outubro de 2014, foi aprovada a obtenção de financiamento perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (“BNDES Prosoft”).

O financiamento no valor de R\$ 14.822.000,00 possui carência de 24 meses, prazo de amortização de 48 meses e custo correspondente a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) + 1,1% ao ano, além do custo da fiança bancária contratada como garantia da operação. Os recursos serão destinados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, marketing e comercialização, treinamento e qualidade e infraestrutura.

c) Lei do Bem

A lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizaram pesquisas e desenvolvimento de inovação tecnológica.

Anualmente, submetemos no final do primeiro semestre informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sobre os dispêndios efetuados no ano anterior em atividades de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de obter aprovação para a utilização dos benefícios fiscais proporcionado pela Lei do Bem.

Em julho de 2014, submetemos informações sobre os dispêndios efetuados em 2013 pela Senior Solution S.A. e pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. Em fevereiro de 2015, recebemos os resultados do pleito com a não aprovação dos benefícios fiscais.

A Companhia recorreu da decisão do MCTI apresentando todas as justificativas e detalhamentos necessários.

* * * *

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Senior Solution S/A é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração. A sua constituição e a instalação foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 21 de agosto de 2013.

As atribuições e as responsabilidades do Comitê de Auditoria Estatutário estão descritas em seu Regimento Interno que contempla os deveres estabelecidos na Instrução CVM 509/2011.

O Comitê de Auditoria Estatutário baseia seu julgamento e opiniões considerando as informações recebidas da Administração, sistema de controles internos, demonstrações financeiras e os resultados dos trabalhos dos Auditores Independentes.

Durante o ano de 2014 foram realizadas doze sessões ordinárias e duas extraordinárias onde foram tratadas questões relacionadas à governança corporativa, código de conduta ética, segurança da informação, plano de continuidade de negócios, gestão de riscos, matriz de riscos e controles, CSA-Control Self Assessment indicadores de gestão financeira e do negócio, ambiente de controles internos, incorporação de empresas adquiridas, prestação de informações ao mercado, contingências e relatos dos auditores independentes.

Demonstrações Financeiras Anuais de 2014

O Comitê de Auditoria Estatutário reuniu-se com a RSM ACAL Auditores Independentes S/S e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras de 31.12.2014 da Senior Solution S/A e de suas controladas ("Consolidado"). Com base nessas informações e de acordo com as análises e conclusões, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras da Senior Solution S/A e de suas controladas ("Consolidado"), em 31.12.2014, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 06 de março de 2015.

Luiz Antonio Guariente
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

George Eduardo Sá Earp
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Maurício Safra
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Augusto Frederico Caetano Schaffer
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário e representante do Conselho de Administração